

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O Estado da Saúde em Portugal: Por um Registo de Saúde Electrónico Único e Universal

Publicado em 2026-04-16 18:03:58

SAÚDE DIGITAL NÃO É LUXO. É O BÁSICO QUE AINDA NÃO TEMOS.

UM REGISTO CLÍNICO ÚNICO, CRONOLÓGICO E ACESSÍVEL PODE SALVAR TEMPO, DINHEIRO E VIDAS.

O QUE PORTUGAL JÁ DEVERIA TER

REGISTO DE SAÚDE ELECTRÓNICO ÚNICO

HISTORIAL CLÍNICO CRONOLÓGICO

IA AO SERVIÇO DO MÉDICO

URGÊNCIA

SISTEMA FRAGMENTADO DOENTE DESPROTEGIDO

MELHOR CUIDADO
Decisões informadas, mais seguras e rápidas

MENOS DESPERDÍCIO
Menos exames repetidos, menos burocracia

POUPANÇA PARA O PAÍS
Mais eficiência, menos custos

DADOS SEGUROS
Privacidade, consentimento e acesso controlado

INTEROPERABILIDADE
SNS, Privado e Social a trabalhar em conjunto

TECNOLOGIA EXISTE. VONTADE POLÍTICA TAMBÉM. FALTA FAZER O ESSENCIAL.

BOX DE FACTOS

- Portugal já reconheceu oficialmente a necessidade de um Registo de Saúde Electrónico Único, interoperável entre sectores público, privado e social.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

- Em 2026, a SPMS voltou a apresentar o RSEu como peça determinante para o futuro da saúde pública e para o alinhamento com o Espaço Europeu de Dados de Saúde.
- A União Europeia já dispõe de enquadramento regulatório para interoperabilidade e circulação segura de dados clínicos no âmbito do EHDS.
- A saúde digital só é verdadeiramente útil quando organiza a continuidade clínica do doente, e não apenas serviços avulsos ou ilhas tecnológicas.

Portugal Ainda Não Fez o Básico na Saúde Digital

É imperdoável que um país que fala há décadas de modernização tecnológica continue sem garantir o mais elementar: que um médico, no SNS ou no privado, possa ver em segurança o historial clínico essencial e cronológico do doente que tem diante de si.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

obrigados a decidir com uma visão incompleta da história clínica de quem estão a observar. Num país onde se anunciaram durante décadas planos de modernização, choques tecnológicos, transições digitais e milhões investidos em plataformas, é legítimo perguntar: como é possível que o básico da continuidade clínica continue por cumprir?

O básico, neste caso, nem sequer é uma fantasia futurista. É apenas um princípio de bom senso: cada cidadão deveria ter um registo clínico longitudinal, cronológico, seguro e interoperável, acessível aos profissionais autorizados, independentemente de o episódio ter ocorrido no SNS, no privado ou no sector social. E mais: esse registo já poderia hoje estar parcialmente assistido por inteligência artificial, não para substituir o médico, mas para organizar melhor a informação, resumir antecedentes, sinalizar alergias, detectar repetições de exames, assinalar interacções medicamentosas e tornar o acto clínico mais informado e mais rápido.

O Estado sabe que o problema existe

O mais frustrante é que esta necessidade não é apenas uma opinião indignada de utentes cansados. O próprio sistema reconheceu formalmente o problema. Em Julho de 2024, a SPMS colocou em consulta pública os primeiros guias de

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

intolerâncias.^o

Em Janeiro de 2026, a SPMS voltou a dizer explicitamente que o **RSEu determina o futuro da saúde pública**, apresentando-o como a evolução do actual Registo de Saúde Electrónico e como instrumento estruturante para responder aos desafios da continuidade, da qualidade e da eficiência dos cuidados. A própria SPMS ligou esse desenvolvimento ao enquadramento europeu do **Espaço Europeu de Dados de Saúde**.¹

Portugal tem peças soltas, mas ainda não tem a solução inteira

É verdade que Portugal não parte do zero. O actual Registo de Saúde Electrónico já foi apresentado pela SPMS como um sistema que reúne informação clínica essencial e a torna partilhável entre utente, profissionais e entidades prestadoras de serviços de saúde, públicas, privadas e sociais. Em 2020, a própria SPMS anunciou que a **Área do Profissional** estava disponível também para os sectores privado e social, e descreveu o acesso como gratuito e possível via internet ou sistema clínico equivalente.²

Também noutras componentes se vê que a integração público-privado é tecnicamente possível quando existe

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

privado como parte da evolução da ferramenta.³

Mas é precisamente aqui que a contradição salta à vista. Há ilhas funcionais: prescrição electrónica, acessos parcelares, portais, aplicações, módulos, iniciativas, pilotos. O que continua insuficiente é a visão una do doente. Falta o que mais interessa no momento da consulta ou da urgência: um **historial clínico coerente, cronológico, transversal e imediatamente útil**. Falta transformar digitalização dispersa em continuidade clínica real.

A Europa já definiu o rumo

Portugal já nem sequer pode dizer que o caminho regulatório é nebuloso. A União Europeia avançou com o **European Health Data Space (EHDS)**, cujo objectivo é criar um quadro comum para o acesso, partilha e reutilização de dados electrónicos de saúde, reforçando ao mesmo tempo o controlo dos cidadãos sobre os seus próprios dados e a interoperabilidade dos sistemas. O resumo em EUR-Lex refere regras específicas para sistemas de registo de saúde electrónico e aplicações de bem-estar, precisamente para criar um mercado e um ecossistema mais interoperáveis e seguros na União.⁴

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Em linguagem simples: o futuro está definido. O que falta é a execução com seriedade, escala e persistência.⁵

Sem continuidade clínica, a saúde digital é apenas decoração tecnológica

A questão central não é a ausência de aplicações ou de discursos sobre inovação. A questão é outra: uma estratégia de saúde digital que não resolva a continuidade clínica do cidadão continua a ser, no fundo, uma arquitectura incompleta. A própria OMS Europa enquadra a saúde digital como campo de prática destinado a melhorar a saúde através do uso de tecnologias e reforça o trabalho com a UE em sistemas de informação, governação de dados e interoperabilidade.⁶

Em termos práticos, a ausência de um registo clínico longitudinal coerente tende a agravar desperdício, repetição de exames, atrasos decisórios, menor qualidade de informação e mais risco de erro clínico evitável. Mesmo a literatura técnica internacional sobre interoperabilidade de registos electrónicos insiste que o objectivo é tornar os dados acessíveis, seguros, fiáveis e utilizáveis por diferentes sistemas e actores, precisamente para melhorar a prestação de cuidados.⁷

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

ajudar nesta tarefa de forma muito concreta e nada extravagante. Um sistema bem desenhado poderia gerar automaticamente uma linha temporal clínica, resumir episódios, priorizar eventos críticos, destacar medicação em curso, alergias, exames relevantes e alertas terapêuticos. A IA não serviria aqui para substituir médicos, mas para devolver aos médicos o que hoje se perde em ruído, dispersão e burocracia: tempo clínico e contexto.

Num país que fala tanto de inovação, continuar a falhar o simples é quase obsceno. Porque o simples salva tempo, dinheiro e sofrimento. E um registo clínico único, cronológico e inteligível não é luxo tecnológico. É infraestrutura básica de um Estado minimamente competente.

O atraso já não é conceptual. É político e operacional.

Portugal já tem diagnóstico, enquadramento europeu, estratégia declarada, peças tecnológicas acumuladas e entidades públicas a falar a linguagem da interoperabilidade. O atraso, por isso, já não é principalmente conceptual. É de execução, prioridade, integração e coragem administrativa. Um país que consegue multiplicar programas, grupos de trabalho, apresentações e plataformas não pode continuar a

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

doente concreto, sobre o médico concreto, sobre a consulta concreta, sobre a urgência concreta. Cai sobre a confiança. Cai sobre a racionalidade do sistema. Cai sobre os contribuintes. E cai, no limite, sobre a dignidade de um país que insiste em chamar transformação digital àquilo que muitas vezes não passa de fragmentação informatizada.

Conclusão

Portugal não precisa de mais uma ilusão tecnológica. Precisa de cumprir o elementar. Um cidadão que entra numa consulta ou numa urgência não devia depender da memória, de papéis, de relatórios perdidos ou da sorte de ter apanhado um profissional que consiga reconstruir à mão a sua história clínica. Devia poder contar com um sistema que, em segurança, com autorização e com responsabilidade, apresentasse o essencial do seu percurso de saúde de forma clara, cronológica e útil.

Se o país não conseguir fazer isto depois de tantos anos de promessas digitais, não falhou apenas em software. Falhou na compreensão do que é governar com inteligência. E na saúde, quando se falha no essencial, a factura acaba sempre por ser paga pelos doentes.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

também como tecnólogo. Estou disponível para contribuir, tecnologicamente e *pro bono*, para uma solução séria de registo clínico longitudinal, interoperável e assistido por inteligência artificial, que sirva melhor médicos, doentes e o país. Não como exercício académico, nem como retórica de conferência, mas como serviço concreto à modernização inteligente da saúde em Portugal.

Quando o Estado falha durante demasiado tempo no básico, também compete aos cidadãos com experiência técnica oferecer visão, exigência e trabalho.

Referências de publicações internacionais

- Comissão Europeia, **European Health Data Space Regulation (EHDS)**.
- EUR-Lex, resumo do regulamento e regras para sistemas de registo de saúde electrónico.
- Comissão Europeia, **Recommendation (EU) 2019/243** sobre interoperabilidade dos registos electrónicos de saúde.
- OMS Europa, materiais sobre **digital health**,

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Frase final para reflexão

Um país que não consegue dar a um médico a história clínica inteligível do doente que tem à frente não falhou apenas tecnologicamente — falhou no dever elementar de cuidar.

Francisco Gonçalves

Texto editorial para o **Fragmentos do Caos**.

Co-Autoria editorial com **Augustus Veritas**.

Nota final

Não admira, pois, o estado do SNS a que chegámos, já no terceiro decénio do século XXI e em plena era da inteligência artificial. O mais chocante é que a degradação actual já não pode ser explicada apenas pela escassez de recursos, pela complexidade organizativa ou pelo peso da burocracia. Ela revela, acima de tudo, uma falha mais funda: a incapacidade de transformar

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

possível organizar melhor a informação clínica, garantir continuidade entre cuidados, reduzir exames repetidos, apoiar decisões médicas com sistemas inteligentes e poupar ao Estado milhares de milhões de euros em desperdício, erros e ineficiência. E, no entanto, o cidadão continua demasiadas vezes entregue à fragmentação, à lentidão, à perda de contexto clínico e à improvisação administrativa.

O escândalo, portanto, não é apenas o estado em que o SNS se encontra. O escândalo é ter chegado a este estado numa época em que já existiam meios, conhecimento e tecnologia para fazer incomparavelmente melhor e com menores custos.

- Francisco Gonçalves (2026)



**White Paper - Por um Registo de
Saúde Electrónico Único e Universal**



GitHub Pages



CodeBerg Pages

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.